

A CAPTURA DA SUBJETIVIDADE NO TRABALHO DOCENTE COMO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO¹

Silvia Alves dos Santos ²

RESUMO

O texto tem por objetivo analisar o trabalho docente e a captura da subjetividade como fenômeno decorrente dos processos de precarização do trabalho. Trata-se de parte dos estudos de um projeto de pesquisa em andamento, que busca compreender o trabalho docente no contexto atual das políticas educacionais e das mudanças no mundo do trabalho. A problemática para essa reflexão está em analisar quais elementos do trabalho docente evidencia aspectos da captura da subjetividade do trabalhador e como isso contribui para reforçar os processos de precarização. A justificativa para essa reflexão decorre de nossa tentativa de aprofundamento das questões que envolvem essa temática. A metodologia está organizada em pesquisa bibliográfica e orientada pelo método do materialismo histórico-dialético. O fenômeno da captura da subjetividade do trabalhador se desenvolve a partir do novo regime de acumulação flexível e se constitui a partir de estratégias gerenciais que procuram engajar e moldar as emoções, as identidades e as motivações de cada indivíduo de modo a apreender sua subjetividade conforme os interesses em diferentes circunstâncias. Os professores vivenciam formas e condições de trabalho cada vez mais ajustadas aos interesses de valorização do capital, além disso, estão sob forte pressão por assumir funções para além da docência em sala de aula. Sob esse contexto, o trabalho docente se intensifica porque recai, individualmente, a responsabilidade por dar funcionamento às atividades sem a contrapartida do Estado na manutenção dos recursos humanos necessários. As relações de trabalho, passam a operar com os mecanismos da captura da subjetividade, já não basta a expropriação da mais valia absoluta ou relativa, a expropriação alcança o intangível, precariza e destrói o sentido do trabalho. A polivalência, parece-nos ser o parâmetro das políticas educacionais, que por hora traz sérios reflexos ao trabalho docente, exigindo uma produtividade distanciada do sentido formativo e humanizador do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Docente, Captura da subjetividade, Precarização, Mundo do trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de parte dos estudos de um projeto de pesquisa em andamento, que busca compreender o trabalho docente no contexto atual das políticas educacionais e das mudanças no mundo do trabalho.

A justificativa para essa reflexão decorre de nossa tentativa de aprofundamento das questões que envolvem essa temática, especialmente no que tange a captura da subjetividade do trabalhador em contextos de precarização do trabalho. A problemática para essa reflexão

¹ O texto deriva de projeto de pesquisa em andamento.

² Professora no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina - PR, sillalves@uel.br



está em analisar quais elementos do trabalho docente evidencia aspectos da captura da subjetividade do trabalhador e como isso contribui para reforçar os processos de precarização.

O objetivo central desse estudo trata-se de analisar o trabalho docente e a captura da subjetividade como fenômeno decorrente dos processos de precarização do trabalho. Para tanto, buscamos por meio de pesquisa bibliográfica e de uma análise qualitativa compreender as relações que evidenciam esse fenômeno no cotidiano de professores.

O fenômeno da captura da subjetividade do trabalhador se desenvolve a partir do novo regime de acumulação flexível e se constitui a partir de estratégias gerenciais que procuram engajar e moldar as emoções, as identidades e as motivações de cada indivíduo de modo a apreender sua subjetividade conforme os interesses em diferentes circunstâncias. Os professores vivenciam formas e condições de trabalho cada vez mais ajustadas aos interesses de valorização do capital, além disso, estão sob forte pressão por assumir funções para além da docência em sala de aula (ALVES, 2011).

Sob esse contexto, o trabalho docente se intensifica porque recai, individualmente, a responsabilidade por dar funcionamento às atividades sem a contrapartida do Estado na manutenção dos recursos humanos necessários.

As relações de trabalho, passam a operar com os mecanismos da captura da subjetividade, já não basta a expropriação da mais valia absoluta ou relativa, a expropriação alcança o intangível, precariza e destrói o sentido do trabalho. A polivalência, parece-nos ser o parâmetro das políticas educacionais, que por hora traz sérios reflexos ao trabalho docente, exigindo uma produtividade distanciada do sentido formativo e humanizador do trabalho.

A organização desse debate está estruturada da seguinte forma: num primeiro momento apresentamos as mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da captura da subjetividade. No segundo momento apresentamos como o trabalho docente é afetado por esse fenômeno da captura da subjetividade. E por fim, concluímos com as perspectivas que se espera para a formação inicial e continuada de professores em termos de políticas que garantam a qualidade da oferta da formação de modo a contribuir com uma atuação mais ética e comprometida com um sentido formador para o trabalho nas instituições educativas.

METODOLOGIA

A metodologia está organizada a partir de pesquisa bibliográfica e orientada pelo método do materialismo histórico-dialético. A pesquisa bibliográfica se mostra fundamental para abordar essa temática tendo em vista a sua complexidade. Lima e Miotto (2007), ao reforçar a relevância da pesquisa bibliográfica nos indica que:



a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (p. 40).

Utilizamos o método de análise do materialismo histórico dialético que segundo Masson (2012) possibilita apreender o objeto de estudo a partir de suas conexões com diferentes correlações de forças no campo das políticas públicas.

Captar a realidade em sua totalidade não significa, portanto, a apreensão de todos os fatos, mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades (MASSON, 2012, P. 4).

Isso nos permite afirmar que, sendo o trabalho docente um objeto das políticas educacionais, a disputa em torno desse objeto perpassa projetos educativos diferentes ou até mesmo antagônicos e por isso mesmo seu estudo depende de uma série de fatores (categorias) que precisam ser considerados. As fontes bibliográficas foram selecionadas a partir de buscas em plataformas acadêmicas de artigos científicos bem como no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Nesse estudo priorizamos publicações de livros, dissertações, teses e artigos que tratam da temática sob o viés das políticas educacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

As mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da captura da subjetividade

As mudanças no mundo do trabalho a partir dos anos 2000 foram em grande parte impulsionadas pelos avanços tecnológicos. A indústria da automação e a digitalização cresceram vertiginosamente, modificando a sociedade, os empregos e as relações de produção e de vida das pessoas, especialmente da classe trabalhadora. A própria classe trabalhadora teve que ajustar suas formas de produção e de vida em razão da introdução de novas tecnologias que as levaram a novas formas de trabalho, infelizmente, cada vez mais precarizadas (ANTUNES, 2020).

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de



trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais. (ANTUNES, 2020, P.58).

A reestruturação do modo de produção capitalista, especialmente após a grande crise econômica de 2008 que explodiu nos Estados Unidos da América (EUA), impactou o mundo do trabalho com novos arranjos produtivos, que amparados pela conectividade advinda com o avanço das novas tecnologias digitais, possibilitaram a criação de formas diversificadas e flexíveis de trabalho mas que ao mesmo tempo trouxeram grandes desafios aos trabalhadores.

A combinação entre as formas “polivalentes”, “multifuncionais”, “qualificadas” com formas terceirizadas, rotativas, precarizadas do trabalho é uma das chaves, do ponto de vista da reestruturação produtiva, para compreender a acumulação flexível (TONELO, 2021, p. 115).

Dentre os desafios mais evidentes, constata-se: a precarização, o trabalho flexível, a intensificação do trabalho, os adoecimentos mentais decorrentes das pressões por produtividade e alcance de metas, a perda de direitos trabalhistas, o arrefecimento e a quase destruição das lutas sindicais e trabalhistas, entre outros fatores (TONELO, 2021).

Além desses fatores, o mundo vivenciou entre 2020 a 2022 um período tenso e mortal com a pandemia da Covid-19 que ceifou milhões de vidas pelo mundo e especialmente no Brasil por causa de uma onda negacionista da ciência que o país vivia naquele momento sob o governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto político o Brasil sentiu, como em outros países, o redesenho do mercado de trabalho, mediado pelo uso das tecnologias digitais, abrindo um tipo de nicho financeiro que chegou ao espaço escolar e universitário por meio do ensino remoto. As mudanças no mundo do trabalho passaram a ser vivenciadas pela entrada massiva das plataformas digitais na venda de produtos educacionais que vão desde aulas preparadas até formas de gestão e controle do trabalho, especialmente dos professores (GROHMANN, 2020).

Na verdade, pouco antes de explodir a pandemia da Covid-19, o mundo do trabalho já sentia as investidas de novas relações no mundo do trabalho. Novas formas de contratos de trabalho que foram impulsionadas, dando margem para os países iniciarem ou reforçarem reformas trabalhistas, como a exemplo do que ocorreu no Brasil por meio da Lei 13462 em 2017. Essa lei, e na sequência, a reforma da previdência em 2019, trouxeram sérios impactos para as garantias trabalhistas que haviam no país até então (GALVÃO; KREIN; BIANVASCHI; TEIXEIRA, 2017).



Após essas reformas, os trabalhadores tiveram que lidar com condições de trabalho cada vez mais flexíveis, precarizadas e intensificadas, por meios e formas de produção que afetaram inclusive a sua subjetividade (BRASIL, 2017).

Práticas como o gerenciamento por resultados ou pagamentos relativos ao desempenho, com contratos nos quais as horas de trabalho não estão especificadas, combinam com pressões intensificadas de trabalho e medo de redundância para produzir a situação na qual o poder coercitivo do gerente é internalizado. O ritmo de trabalho é, portanto, ditado por uma condução compulsiva autogerada, em vez da autoridade implícita do chefe (HUWS, 2009, p. 51-52).

O debate sobre a captura da subjetividade do trabalhador ganha notoriedade quando observamos as formas utilizadas pelo capital manipulatório para fazer com que o modo de produção se mantenha hegemônico. O consentimento dos professores ao intensificarem seu trabalho geralmente vem sob formas de pressão por produção, por metas, por desempenho de alunos, por desempenho da própria gestão institucional e o docente vai acatando demandas ora pela própria sobrevivência numa sociedade cada vez mais competitiva de modo a se manter empregado, seja por contrato efetivo ou temporário, ora por não ter recursos humanos necessários e a sobrecarga ter de se efetivar.

O trabalho docente e o fenômeno da captura da subjetividade como elemento da precarização

Com as transformações no mundo do trabalho, resultado do avanço do regime de acumulação flexível, com forte predominância financeira, desencadearam uma série de mudanças para o trabalho. Como parte desse processo, a extração da mais-valia continua sendo a força motriz das transformações no mundo do trabalho. Em outras palavras, o trabalho de modo geral e o trabalho docente em específico, tornou-se parte de um movimento crescente de precarização, fragmentação e complexificação (ANTUNES, 2020).

As transformações ocorridas nas políticas educacionais no Brasil voltadas ao trabalho docente desde então, representaram a tradução insidiosa do novo paradigma produtivo alicerçado pelo atual estágio do capitalismo. Mais do que simples alterações nas políticas públicas orientadas pelo Estado reformado, as reações a essas políticas é que nos trazem preocupação, porque provocaram uma onda de reorganização na gestão do trabalho docente.

Tal processo mostra-nos que os indivíduos (professores) são compelidos a tornar-se protagonistas das reformas educacionais, de modo que o sucesso ou fracasso das mudanças

nas escolas e /ou universidades, na aprendizagem dos estudantes, nos índices de



desenvolvimento da educação e mesmo nos *rankings* nacionais ou internacionais que o país ou a instituição ocupa, passam a ser contabilizados individualmente para o professor por meio de avaliações de desempenho que nem sempre levam em consideração as condições objetivas que esse profissional tem para a execução de um projeto educativo formador (PREVITALLI, FAGIANI, 2022).

Os professores vivenciam formas e condições de trabalho cada vez mais ajustadas aos interesses de valorização do capital, além disso, estão sob forte pressão por assumir funções para além da docência em sala de aula. Sob esse contexto, o trabalho docente se intensifica porque recai, individualmente, a responsabilidade por dar funcionamento às atividades sem a contrapartida do Estado na manutenção dos recursos humanos necessários.

As relações de trabalho, passam a operar com os mecanismos da captura da subjetividade, já não basta a expropriação da mais valia absoluta ou relativa, a expropriação alcança o intangível, precariza e destrói o sentido do trabalho. A polivalência, parece-nos ser o parâmetro das políticas educacionais, que por hora traz sérios reflexos ao trabalho docente, exigindo uma produtividade distanciada do sentido formativo e humanizador do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada nos possibilitou levantar os principais debates em torno dessa temática, nos auxiliando a afirmar, ainda precocemente, tendo em vista que se trata de uma pesquisa em andamento, que as mudanças no mundo do trabalho decorrentes de um novo processo de reestruturação produtiva em vigência, mostra-nos que o trabalho docente, assim como outras formas de trabalho, tem concorrido para a valorização do capital em diferentes circunstâncias e nichos econômicos específicos que atingem as escolas e as universidades (TONELO, 2021). Antunes (2020) já alertava para formas mais complexificadas de extração da mais valia.

Nossa hipótese, então, é que estamos presenciando em escala global o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, configurando mecanismos complexos de extração do mais-valor, tanto nas esferas da produção material quanto nas das atividades imateriais, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor. E, mais, mesmo não sendo o elemento dominante, é necessário reconhecer que o trabalho imaterial vem assumindo papel de relevo na conformação do valor, não só por ser parte da articulação relacional entre distintas modalidades de trabalho vivo em interação com trabalho morto como também por ser partícipe do processo de valorização, ao reduzir o tempo de circulação do capital (ANTUNES, 2020, p. 49)



Os dispositivos utilizados para mobilizar a inovação no mundo do trabalho com a mediação das tecnologias digitais tem sido usado, em grande parte, para viabilizar e garantir a flexibilização, característica essencial no modelo de acumulação flexível na sociedade capitalista (PREVITALLI; FAGIANI, 2022).

No âmbito do trabalho docente, a mediação das tecnologias digitais se propagou de modo mais explícito a partir da pandemia da Covid-19 em que o trabalho remoto se fez necessário como forma de preservação da vida humana. A introdução do trabalho em *home office* contribuiu ainda mais para ampliar o processo de flexibilização e precarização do trabalho (GROHMANN, 2020).

Nosso entendimento é que, mesmo após o cenário de pandemia que superamos recentemente, as condições do trabalho docente nas escolas e até mesmo nas universidades públicas estão permeadas pela disputa de políticas orientadas por uma lógica mercantil. O papel desempenhado pelo Estado avaliador tem colocado os professores como executores das reformas empresariais que, com ou sem consentimentos e resistências, vai afastando o desenvolvimento do trabalho coletivo bem como a dimensão do trabalho como princípio educativo para a formação humana.

Huws (2009) em seus estudos mostrou que a ampliação das plataformas digitais tem impactado diretamente na retração dos direitos trabalhistas e que estamos caminhando para a formação de um novo proletariado a quem ela denomina, nesse contexto de mediação digital, como o novo infoproletário.

(...) a atual onda de mudança tecnológica – o amplo uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) –, pois estas, como não é frequente na história da automação, são tecnologias tanto de produção quanto de consumo. Logo, é provável que a posse ou a carência destas crie uma nova grande ruptura no contexto de populações inteiras. “Divisão digital” é o termo da moda para essa ruptura (HUWS, 2009, P.38).

O teletrabalho, o *home office* tem sido utilizados como estratégia do capital para promover a heterogeneidade nas formas de organização e controle do trabalho e levar os trabalhadores a adaptar-se a jornadas de trabalho, muitas vezes, intensificadas com o uso das ferramentas digitais adquiridas, em grande parte, pelo próprio trabalhador, de modo a atender as demandas em tempo cada vez mais hábil (ANTUNES; BRAGA; NOGUEIRA; et al, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Apesar da vigência de um discurso que responsabiliza individualmente cada professor por sua condição de sucesso ou insucesso profissional, a precarização do trabalho é uma manifestação da crise estrutural do capital (HUWS, 2009).

cada trabalhador tornou-se mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível; portanto, as novas oportunidades também constituem novas ameaças (HUWS, 2009, P. 49).

Para irmos além desta lógica, entendemos que há necessidade de investir em melhores condições de trabalho, numa política de valorização do professor através de carreira e salários dignos, para que, motivado a desempenhar sua função social, possa contribuir para a construção de uma escola em que as condições de trabalho sejam mais inclusivas e humanizadas.

Compreender os processos de captura da subjetividade do trabalho docente é fundamental para analisar criticamente as atuais formas de exploração na relação capital-trabalho. Diante da pesquisa bibliográfica empreendida, observamos, inicialmente, que há um movimento ampliado de precarização do trabalho docente pela utilização desenfreada dos dispositivos digitais que vão além das horas de trabalho delimitadas pelos contratos de trabalho e avançam para espaços e momentos de lazer e descanso.

Os professores, assim como outros trabalhadores, por receio de perder direitos trabalhistas, bônus, ou por medo de sanções, ou mesmo para evitar desgastes interpessoais no ambiente de trabalho, acabam realizando tarefas e funções que muitas vezes não é de sua competência apenas para cumprir a demanda e fazer entregas em tempo hábil, geralmente estipulados por plataformas, programas ou aplicativos que são/estão ligados aos gestores do trabalho, desencadeando por fim, sofrimento mental, ansiedade, estresse e outros adoecimentos. Todo esse processo nos mostra que o trabalhador de modo geral está capturado em sua subjetividade, fazendo com que o modo de produção capitalista se reestruture sob a exploração física e psicológica de si mesmo.

No âmbito das políticas de educação se faz necessário a construção de uma política pública de valorização do trabalho docente por meio de ações e estratégias que promovam um ambiente de trabalho mais saudável, com jornada de trabalho melhor distribuída em tempos produtivos e tempos de pausas, além da garantia de horas para o planejamento das atividades laborais, além de planos de carreira que possam evidenciar um salário compatível para uma função social tão exigida e desafiadora, de modo que o professor possa encontrar mais sentido e significado em seu trabalho.



REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo. 2020.
- BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017: altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 14.06.21.
- GALVÃO, Andrea; KREIN, José D.; BIANVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane O.;. A reforma trabalhista e seus prováveis impactos. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n. 35, p. 01-18, jan./jun. 2017.
- GROHMANN, R. Plataformização do Trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. (Org.) *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. 2020. p. 93-110.
- HUWS, Ursula. A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real. In: ANTUNES, R., BRAGA, R. ; NOGUEIRA, A. M.... [et al.]. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual* .- São Paulo : Boitempo, 2009.
- LIMA, T.C.S de; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálisis*, Florianópolis, v. 10, spe, 2007.
- MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. ANPAE - Seminário de Pesquisa da região Sul. Caxias do Sul, 2012.
- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. R. *Katálisis*., Florianópolis, v.25, n. 1, p. 156-165, jan./abr. 2022.
- TONELO, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2021.

